

SOCIEDADE

Dia Mundial
do Trabalho Digno

No passado dia 7, assinalou-se mais um **Dia Mundial do Trabalho Digno**. Nessa data, a Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN (CSS da CGTP-IN) reafirmou o seu compromisso com a luta por uma sociedade mais justa, democrática e solidária, em que o trabalho digno seja uma realidade efectiva para todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores.

O Trabalho Digno, como definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas (ONU), assenta em quatro pilares fundamentais:

1. O respeito pelos direitos no trabalho;
2. O emprego de qualidade;
3. A protecção social adequada;
4. O diálogo social e a negociação colectiva.

Em Portugal e no mundo, o trabalho digno continua ameaçado pela precariedade, pelos baixos salários, pela desregulação das relações laborais e pela erosão dos direitos colectivos. As políticas neoliberais e o avanço da direita e da extrema-direita procuram subverter conquistas históricas dos trabalhadores e enfraquecer os sindicatos, atacando o direito à greve, a contratação colectiva e o princípio da igualdade, como mostram as propostas do Governo da AD (PSD/CDS) através do pacote laboral que nos querem impor.

Inspirados nos valores do socialismo democrático e nas normas internacionais da OIT — nomeadamente as Convenções n.º 87 e 98 sobre a liberdade sindical e o direito à negociação colectiva —, reafirmamos que não há democracia sem direitos laborais, nem trabalho digno sem sindicatos com ampla participação, livres e fortes.

É tempo de assegurar:

- **Salários justos** e a valorização do trabalho;
- A redução progressiva do horário de trabalho para as **35 horas semanais**, sem perda de retribuição;
- O **combate efectivo à precariedade** e às falsas formas de trabalho independente;
- A **igualdade salarial** entre mulheres e homens;
- A **inclusão dos trabalhadores imigrantes**, com direitos iguais para trabalho igual;
- O **reforço dos serviços públicos** e da protecção social;
- A **transição digital e climática justa e sustentável**, que una progresso económico, justiça social e protecção ambiental.

O Trabalho Digno é também um instrumento de Paz. A exploração, a desigualdade e a opressão alimentam os conflitos e corrompem as democracias. Por isso, reafirmamos o nosso compromisso com o Direito Internacional, com as Nações Unidas e com o Secretário-Geral António Guterres, apoiando todos os esforços de mediação e diálogo que contribuam para pôr fim às guerras e assegurar um mundo de paz e solidariedade.



OPINIÃO

Parque Natural de Sintra Cascais

Como ceder os terrenos mais valiosos do país
aos promotores imobiliários

(…sem causar escândalo público: um Guia prático)



1. Triplique a população da área protegida. Faça um plano a 10 anos e manobre para densificar rapidamente esse território, via PDM ou, se for necessário, fechando os olhos à construção clandestina. Alerte a tipologia das construções típicas da zona, de modo a ir substituindo moradias por pequenos prédios, até obter o efeito Ericeira. Se alguém fizer observações inoportunas acerca do PDM ou torcer o nariz aos clandestinos, diga que está a resolver o problema habitacional do país. Uma vez triplicado o número de habitantes (e isso pode conseguir-se em apenas cinco ou seis anos) eles de lá já não saem. Já não é Parque e já não é Natural. Os ambientalistas ficam a falar sozinhos.

2. Elimine o regime de protecção (aspectos legais) da área que pretende urbanizar. Como seria demasiado escandaloso abolir, pura e simplesmente, o Parque Natural, trabalhe de forma dissimulada... retire-lhe autonomia institucional e operacional e integre-o no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), entidade da qual o Parque já dependia mas que agora o absorverá completamente. Mantenha o regulamento do Parque Natural, porque é um diploma já muito antigo e consolidado (integrado na Resolução do Conselho de Ministros de 08 de Janeiro de 2004) que seria embaraçoso revogar, mas nada mais.

3. Elimine o regime de protecção (aspectos práticos) da área que pretende urbanizar. Elimine a posição de director do Parque Natural. Aproveite e elimine o restante quadro de pessoal, a pretexto de eliminar redundâncias, “gorduras do estado” e duplicações com o quadro do ICNF. Mantenha só uma fachada de marketing, logótipo e fotografias promocionais. Elimine números de telefone e links para o PNSC, reencaminhe tudo para o ICNF.

4. Neutralize a acção do ICNF. De nada adiantaria liquidar o Parque Natural se a entidade que recebeu as suas competências dispusesse de meios e vontade (orientação política) para cumprir a missão da entidade liquidada. Reduza os Vigilantes da Natureza de 18 para 5, por exemplo. Dai em diante, quando chamados a um qualquer abate ilegal de árvores dirão sempre que não têm meios. Toda a estrutura aprenderá rapidamente que a “falta de meios” é o cliché que deverá utilizar sempre que a sua inacção for denunciada. No entanto, para trabalhar com total segurança, oriente todos os seus recursos noutras direcções (nunca para a área ameaçada, que é o Parque natural!) e diga que o território sob a jurisdição do ICNF é muito vasto.

5. Desmantele todo o aparelho de protecção da Natureza. Quem trabalha de forma profissional não pode deixar pontas soltas. De que adiantaria liquidar o Parque Natural, e depois neutralizar a acção do ICNF, se o SEPNA, por exemplo, atendesse o telefone? Também este corpo ambiental da GNR deverá estar subdimensionado e incapaz de acorrer em tempo oportuno às denúncias que alguém insista em dirigir-lhe. A manutenção de linhas como a SOS Ambiente é importante para manter a capa ambiental mas os respectivos números não deverão ser atendidos.

6. Conte aos ambientalistas as histórias que eles gostam de ouvir. Mais cedo ou mais tarde, ao longo do processo, os ambientalistas irão manifestar-se e fazer perguntas incômodas.

Mas é fácil iludi-los. Quando eles identificarem o problema (substituição de árvores por tijolos, explosão populacional e urbanização acelerada de uma área natural protegida), recorra aos clichés politicamente correctos mais estafados mas de efeito garantido: diga-se empenhado na promoção da agricultura biológica, da economia circular e da redução da pegada de carbono... e assim os entretém com estas generalidades enquanto lhes despeja cimento em cima.

7. Apague todos os vestígios do Parque Natural, até que este conceito caia no esquecimento. Claro que a acelerada troca de árvores por tijolos é já um grande passo nesse sentido, mas é preciso remeter a própria noção de Parque para um passado longínquo. Retire as placas existentes nas estradas de acesso ao Parque para assinalar a entrada no respectivo território. Sem elas, a população perde a noção de território com restrições e obrigações especiais. É um passo importante para ericeirizar a zona sem oposição.

8. Compreenda que as árvores são o maior obstáculo à urbanização e, por isso, faça coro com aquela parte da população que as detesta, porque sujam, fazem sombra, tiram a vista, causam alergias e, claro, são um grande factor de risco de incêndio. Recorde à população que na Mauritânia, por exemplo, não há incêndios. E porquê? Porque ali não há árvores, evidentemente. O medo do fogo, se correctamente manipulado, torna as pessoas capazes de tudo.

9. Invoque sempre o progresso e as “acessibilidades”, como agora se chama aos acessos. Como parece haver mais pessoas a gostar de betão e alcatrão do que de árvores, o povo estará consigo. Quando sentir resistência do lado do PDM promova, discretamente, pequenas alterações aos respectivos planos de pormenor. Há uma, em particular, que lhe será de grande utilidade — o conceito de contínuo edificável, graças ao qual os edifícios recebem luz verde para se irem encostando uns aos outros. E qual é o grande obstáculo à propagação desse contínuo edificável? A existência de árvores. Remova-se as árvores e, entre uma casa e outra, passará a haver apenas um espaço para preencher, assim se consumando o tal contínuo. Tudo joga a seu favor.

10. Se houver ainda quem insista em ter um Parque... finja que lhes dá um Parque, ou seja, promova a empresa pública Parques de Sintra — Monte da Lua (que gere a “bilheteira” da área de Paisagem Cultural Património da Humanidade, protegida pela UNESCO) e, com o tempo, o termo “Parque” deixará de significar Parque Natural Sintra-Cascais, agora cedido aos promotores imobiliários e irremediavelmente inviabilizado enquanto grande área natural, para significar a parte monumental da Serra de Sintra, ou seja, a moldura para os palácios, castelos e conventos ali existentes, geradores de avultadas receitas para os cofres do estado. Aos restantes 80% desta paisagem protegida, cuja área se sobrepõe quase integralmente à do PNSC, o plano de gestão da Monte da Lua praticamente nem se refere. Luz verde para urbanizar.

(Este é um texto de ficção: qualquer semelhança entre as situações nele referidas e a realidade será pura coincidência.)

Jorge Almeida Bernardo
Associação Finis Terrae (Presidente da Direcção)